

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.464.867 - SP (2019/0067449-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A**  
**AGRAVANTE** : **ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A**  
**ADVOGADOS** : **ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415**  
                  **JOAO PAULO BETARELLO DALLA MULLE - SP274086**  
**AGRAVADO** : **ANTONIO WAGNER POSSETTI**  
**AGRAVADO** : **MARGARETH APARECIDA BATELLO POSSETTI**  
**AGRAVADO** : **HADRIO ROBERTO POSSETTI**  
**AGRAVADO** : **VALERIA MARTINS POSSETTI**  
**AGRAVADO** : **PEDRO PAULO POSSETTI**  
**AGRAVADO** : **JOSIANE DORETO VIEIRA POSSETTI**  
**AGRAVADO** : **MARIA VIRGINIA POZZETTI DOMICIANO**  
**AGRAVADO** : **VALDERICE POZZETTI DE ABREU**  
**AGRAVADO** : **MOACIR APARECIDO DE ABREU**  
**AGRAVADO** : **WILMAR APARECIDO POZZETTI**  
**AGRAVADO** : **MARIA APARECIDA DOS SANTOS POZZETTI**  
**ADVOGADOS** : **ANDREY MARCEL GRECCO - SP214247**  
                  **ROBERTA ZOCCAL DE SANTANA GRECCO - SP226259**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO QUE DEFERE MEDIDA LIMINAR. RECURSO ESPECIAL. INCABÍVEL

1. Ação rescisória com pedido de tutela de urgência
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. Não cabe recurso especial contra decisão que defere medida liminar. Precedentes.
4. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A e AGROPECUÁRIA TERRAS NOVAS S/A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo

constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 17/12/2018

**Concluso ao gabinete em:** 13/09/2019

**Ação:** de rescisão contratual c/c cobrança e pedido de antecipação de tutela proposta pelos agravados em face dos agravantes, tendo por fundamento o contrato de parceria agrícola firmado entre as partes em 21.10.2011. Sustentam que, devido o não pagamento do valor devido pelas agravantes correspondente ao saldo de repactuação das safras de cana de açúcar dos anos de 2014 a 2017, no montante de R\$ 82.463,75 reais; os agravados ajuizaram a presente ação de cobrança pleiteando a concessão de antecipação de tutela, para que seja autorizada a venda da cana da safra atual e futura a terceiros idôneos, em caráter liminar, até o final julgamento da demanda.

**Decisão interlocutória:** acolheu o pedido de tutela antecipada para autorizar os agravados a colherem e comercializarem a safra de cana de açúcar existente na área da propriedade dos imóveis rurais, objeto das matrículas nºs 1.511 e 7.216 do CRI da comarca de Nhandeara/SP.

**Acórdão:** negou provimento ao recurso de agravo de instrumento ajuizado pelas agravantes, nos termos da ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO COMPRA E VENDA DE CANA DE AÇÚCAR E PARCERIA AGRÍCOLA  
AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. COBRANÇA E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA  
VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO  
POSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA ART. 300, DO NOVO CPC RECURSO NÃO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. Considerando-se a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, necessária a manutenção da decisão que antecipou os efeitos da tutela postulada, permitindo aos autores a venda da safra atual da cana de açúcar para pagamento da parceria agrícola, com o consequente depósito do produto da venda decorrente da parceria em juízo (e-STJ Fl. 150).

**Embargos de Declaração:** opostos pelas agravantes, foram

rejeitados.

**Recurso especial:** alegam violação dos arts. 1.022, I e II, do CPC e 96, § 2º, da Lei 4.504/64. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustentam que deve ser negado o pedido de tutela de urgência uma vez que promoveram o adiantamento de valores aos agravados, bem como em razão de disposição contratual que prevê o ajustamento de valores pertencentes aos proprietários do imóvel ao final do contrato.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Da violação do art. 1022 do CPC/2015**

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.

É importante ressaltar que não basta a simples referência à oposição de embargos de declaração supostamente não analisados devidamente pelo Tribunal de origem, e sim destacar de maneira clara e objetiva quais as questões que não foram objeto de discussão e restaram, portanto, omissas.

Desse modo, ante a argumentação genérica da parte agravante acerca dos supostos pontos omissos, incide a Súmula 284/STF.

**- Não cabimento de recurso especial contra decisão que antecipa tutela - Súmula 735/STF.**

Ademais, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, quando se trata de recurso especial interposto contra medida que concede ou indefere tutela antecipada, seu objeto deve focar nas condições legais de sua concessão.

Nesse sentido: AgInt no Aresp 1.248.498/SP, 3ª Turma, DJe de 29/06/2018; e AgInt no Aresp 980.165/BA, 4ª Turma, DJe 09/02/2018.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Considerando a precariedade da decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, a qual pode ser alterada a qualquer tempo, desaconselha-se o conhecimento e julgamento de recurso especial que verse sobre o tema, exceto quando tratar dos requisitos legais de concessão da tutela antecipada e não exigir o reexame de matéria fática e probatória, o que não se coaduna com a hipótese dos autos.

Dessa forma, não é possível discutir, em recurso interposto contra decisão que concede a antecipação de tutela, a questão de fundo do direito (adiantamento de valores e previsão contratual para o balanço de valores ao final da vigência) sobre o qual versa a controvérsia.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora